

**Escola: ESPRODOURO – Escola Profissional do Alto Douro
Círculo de Viseu**

Projecto de Recomendação

Exposição de Motivos:

A escassez de água e as secas estão a tornar-se cada vez mais comuns na Europa. De acordo com dados da União Europeia, ao longo das três últimas décadas registaram-se aumentos consideráveis (de 6% para 13%) dos valores médios anuais para a superfície e a população afectadas pela seca, com custos para economia da Europa de, pelo menos, 100 mil milhões de euros. Com esta medida pretende-se levar as pessoas a poupar água e a serem mais racionais no seu consumo. Quando o limite máximo estabelecido fosse ultrapassado cada família teria de pagar uma multa que seria aplicada do tratamento da água não potável. Com esta medida pretende-se promover uma utilização eficiente deste recurso, o que poderá permitir poupar uma enorme quantidade de água em toda a União Europeia.

As dificuldades de abastecimento energético de diversos Estados-membros impelem a União Europeia para a necessidade de estudar os cenários energéticos para as próximas décadas. Todos os países são extremamente dependentes da Rússia, Magreb e da Nigéria no que diz respeito ao abastecimento energético. Há uma necessidade de coordenar as políticas energéticas à escala europeia e daí a nossa segunda medida.

A imigração ilegal é um desafio que a União Europeia tem de enfrentar. Esses imigrantes são, na sua maioria, de origem africana sendo necessário fazer algo para melhorar a situação.

Medidas propostas:

- 1. Combater a falta de água potável com o estabelecimento de um limite máximo de metros cúbicos por família, tendo em conta o agregado familiar.**
- 2. Diminuir a dependência energética da UE com a obrigatoriedade de todos os países produzirem 50% da sua energia, utilizando para tal recursos renováveis.**
- 3. Combater a imigração ilegal com o estabelecimento de protocolos com os países do continente africano facilitando o acesso de certas categorias de imigrantes, principalmente estudantes, pesquisadores e voluntários, e ajudar financeiramente na reintegração dos repatriados.**